



TUDO UM MUNDO



RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL
2º TRIMESTRE 2021

Conteúdo

Instrumentos previsionais de gestão 2020	3
PMP e Arrears	3
Endividamento	4
Execução Orçamental da Receita	6
Execução Orçamental da Despesa	7
Equilíbrio Orçamental	10
Alterações Orçamentais	10
Análise das rubricas de Gastos e Perdas	12
Análise das rubricas de Rendimentos	15
Análise das rubricas de Investimento	16
Indicadores Financeiros	17

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2º TRIMESTRE 2021

Instrumentos previsionais de gestão 2021

Com o objetivo de analisar e verificar a execução orçamental do Município, realizou-se a uma breve análise comparativa dos níveis de execução durante o ano de 2021, face aos dados produzidos em período homólogo do ano 2020, tendo como base o orçamento corrigido e o executado para cada um dos respetivos anos, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança bruta e a taxa de execução da despesa à despesa realizada.

O orçamento do Município para o exercício de 2021, apresenta uma dotação corrigida no montante de 258.127,5 milhares de euros (m€), composto por 140.325,9 m€ de receitas correntes e despesas correntes no montante de 134.392,5 m€. Quanto à vertente de capital, as receitas ascendem a 98.557,5 m€ e as despesas a 123.734,9 m€.

A comparação efetuada tem por base, para o exercício de 2020, um orçamento corrigido de 226.436,4 m€, repartido entre receitas e despesas correntes que rondaram 137.048,2 m€ e 131.781,3 m€, respetivamente, cabendo na vertente de capital uma previsão corrigida de receitas de 61.047,4 m€ e despesas de 94.655,1 m€.

PMP e Arrears

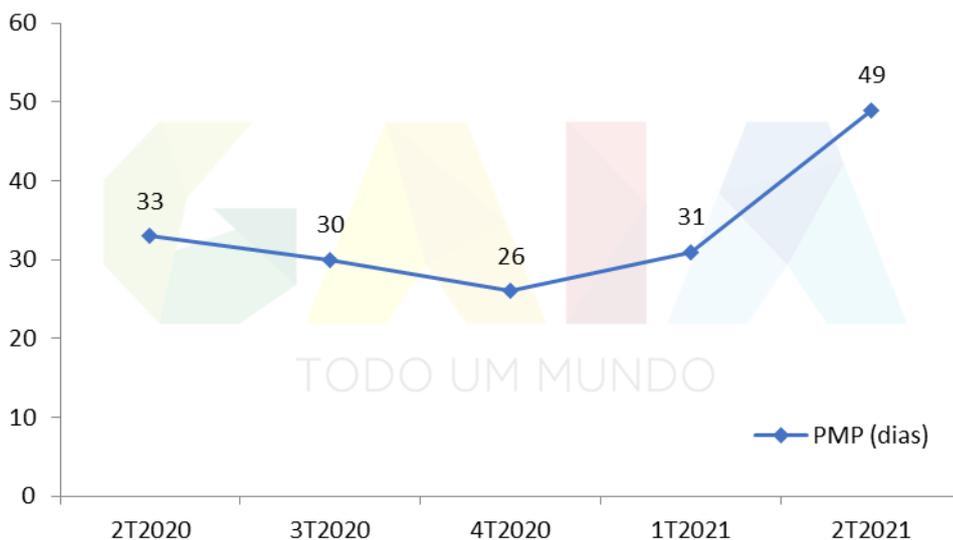
Pagamentos em atraso são as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

O Município terminou o exercício de 2020 sem qualquer pagamento em atraso, mantendo esse registo na primeira metade do ano de 2021.

A fórmula de cálculo do PMP consubstanciou-se no indicador definido nos termos do n.º 4 do Despacho n.º 9870/2009 do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública, publicado a 13 de abril, no DR n.º 71, 2ª série Parte C, em que DF corresponde ao valor da dívida de curto prazo a fornecedores observado no final de um trimestre, e A corresponde às

aquisições de bens e serviços efetuadas no trimestre, independentemente de já terem sido liquidadas.

Prazo Médio de Pagamento



A atual situação epidemiológica originou um aumento das despesas correntes, com a consequente pressão sobre a Tesouraria. O PMP apurado em 30/06/2021 é de 49 dias. Embora o PMP a Fornecedores, neste 2º trimestre, se tenha dilatado, o Município continua sem registar qualquer pagamento em atraso.

Endividamento

O endividamento municipal, considerando o enquadramento legal existente, ascende, 30/06/2020, a 103.272,8 m€. Neste montante, destacam-se os empréstimos de médio e longo prazo, no montante de 83.193,3 m€, assim como 6.722,4 m€ relativos a fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (médio e longo prazo), sendo adstrito à dívida de curto prazo um valor de 13.357,1 m€.

Denote-se que, do endividamento total anteriormente mencionado, 34.321,5 m€ estão excluídos do limite de endividamento, representando assim, um percentual de 33,20%.

Quanto ao período em análise (30/06/2021), o endividamento municipal ascende a 96.940,8 m€, dos quais 70.344,2 m€ são referentes a empréstimos (de mlp) junto da Banca comercial, INH e Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P, e 6.320,9 m€ referente a fornecedores de Ativos Fixos Tangíveis (de médio e longo prazo), sendo 20.275,7 m€ imputados á divida de curto prazo. O aumento da Divida de Curto Prazo de 2021, face ao período homologado de 2020, no montante de 6.918,6 m€, deveu-se essencialmente à divida a fornecedores, no âmbito das faturas em receção e conferência, conta corrente e investimento.

Saliente-se ainda que, em finais de 2020, foram igualmente contratados quinze novos financiamentos junto da Ad&C, num total de 4.703,0 m€, excecionados para efeitos do cálculo do limite da dívida, dos quais foram já utilizados 1.786,1 m€.

Do mesmo modo, do endividamento total registado no primeiro semestre de 2021, 38.741,9 m€ não contam para os limites de endividamento, representando cerca de 39,96% daquele.

Neste segundo trimestre, houve um total de 1.687,9 m€ de desembolsos decorrentes de financiamentos contraídos junto da AD&C. Estes empréstimos são excecionados para efeitos do cálculo do limite da dívida e destinam-se ao financiamento da contrapartida nacional de operações de investimento autárquico aprovadas no âmbito dos Programas Operacionais do Portugal 2020, através do empréstimo-quadro contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI).

Endividamento

Descrição	30/06/2020	30/06/2021
Dívida de MLP	81 849,71	70 690,12
Empréstimos	75 522,80	64 764,71
Fornecedores e Outros Credores	6 326,91	5 925,41
Dívida de CP	13 357,11	20 275,73
Fornecedores e Outros Credores	13 357,11	20 275,73
Dívida de MLP Exigível a CP	8 065,98	5 975,01
Empréstimos	7 670,48	5 579,51
Fornecedores e Outros Credores	395,50	395,50
Endividamento Total	103 272,81	96 940,86

milhares de euros

Execução Orçamental da Receita

Até ao segundo trimestre, o orçamento do Município para o exercício de 2021 apresenta uma dotação total de receita cobrada de 97.848,6 m€, registando como receitas correntes o montante de 64.934,8 m€ e receitas de capital cerca de 13.482,7 m€, ao qual acresce um saldo da gerência anterior de 19.153,3 m€¹.

Por sua vez, no exercício de 2020, o orçamento do Município, apresentou uma dotação total de receita cobrada de 96.614,3 m€, registando nas receitas correntes um montante de 59.946,1 m€ e nas de capital 8.395,1 m€, acrescentando o saldo de gerência anterior de 28.255,9 m€.

O quadro seguinte reflete a execução da receita no primeiro trimestre de 2021, apresentando a respetiva análise comparativa com o executado no período homólogo:

RECEITA - 2º trimestre 2021/2020

C.Econ	Descrição	2º trimestre 2020		2º trimestre 2021		Difª Cobrança 2021/2020	Taxa de Execução %	
		Previsão	Cobrado	Previsão	Cobrado		2020	2021
	RECEITAS CORRENTES	137 048,17	59 946,10	140 325,87	64 934,76	4 988,66	43,74%	46,27%
01	IMPOSTOS DIRECTOS	83 378,86	35 576,74	84 084,27	39 358,21	3 781,47	42,67%	46,81%
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	6 526,97	913,41	3 865,30	2 357,52	1 444,11	13,99%	60,99%
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	6 141,22	3 239,95	5 536,70	2 824,44	-415,51	52,76%	51,01%
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	36 416,64	18 695,90	43 254,43	19 136,00	440,10	51,34%	44,24%
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	4 277,22	1 411,92	3 301,27	1 104,56	-307,36	33,01%	33,46%
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	307,26	108,18	283,90	154,03	45,85	35,21%	54,26%
	RECEITAS DE CAPITAL	61 047,37	8 395,13	98 557,49	13 482,67	5 087,54	13,75%	13,68%
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	1 293,83	111,48	372,78	150,39	38,91	8,62%	40,34%
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	31 112,92	4 138,65	42 617,64	5 005,96	867,31	13,30%	11,75%
11	ACTIVOS FINANCEIROS	15 631,17	0,00	20 638,02	0,00	0,00	0,00%	0,00%
12	PASSIVOS FINANCEIROS	11 943,59	3 888,16	33 997,79	8 187,94	4 299,78	32,55%	24,08%
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	1 065,86	256,84	931,26	138,38	-118,46	24,10%	14,86%
	OUTRAS RECEITAS	28 340,83	28 273,12	19 244,13	19 431,12	-8 842,00	99,76%	100,97%
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	84,92	17,21	90,87	277,86	260,65	20,27%	305,78%
16	SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	28 255,91	28 255,91	19 153,26	19 153,26	-9 102,65	100,00%	100,00%
	TOTAL	226 436,37	96 614,35	258 127,49	97 848,55	1 234,20	42,67%	37,91%

milhares de euros

Por consulta do quadro anterior, destaca-se uma evolução positiva entre 2020/2021, com acréscimos registados em ambas as vertentes da receita corrente e de capital, em cerca de 4.988,6 m€ e de 5.087,5 m€, respetivamente, mais do que compensando a quebra registada no saldo transitado (-9.102,6 m€), alvejando um resultado final positivo de 1.234,2 m€, destacando-se os aspetos vertidos nos parágrafos seguintes.

Quanto à receita arrecadada corrente, que ascendeu a cerca de 64.934,8 m€ até ao segundo trimestre de 2021, contra 59.946,1 m€ em período homólogo, verifica-se que este

¹ Saldo da Gerência Anterior apurado com base na Receita Cobrada Líquida

comportamento advém essencialmente da recuperação ocorrida nos Impostos Diretos, na ordem dos 3.781,47 m€, face ao decréscimo verificado no primeiro trimestre (-1.818,9 m€), com ênfase para o reforço do IMT (+2.011,2 m€) e o IMI (+719,4 m€) apar do impulso nas Taxas, Multas e Outras penalidades (+1.444,1 m€) com particular destaque para as taxas, que mais do que duplicaram em igual período homologo (+1.145,8 m€), nomeadamente a de ocupação de via publica que registou um montante de 1.550,9 m€ em 2021, face a 63,5 m€ em 2020, advindo basicamente do pagamento das licenças de Ocupação do Espaço Solo e Subsolo – Empresas, dos anos de 2020 (636,9 M€) e de 2021 (732,8 M€), da empresa REN PORTGÁS DISTRIBUIÇÃO, S.A. totalizando um valor de 1.369,6 m€.

O produto da derrama paga é transferido para os municípios até ao último dia útil do mês seguinte ao do respetivo apuramento pela Autoridade Tributária.

Assim, em 2021, as transferências mensais referentes à derrama mostraram um comportamento divergente de 2020, com acentuada quebra nos dois primeiros meses, comparativamente com período homologo, aligeirado neste segundo trimestre com uma recuperação no mês de maio de 2021, conforme se verifica no quadro seguinte:

Distribuição mensal da Derrama 2020/2021						
	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
2020	151,48	226,14	0,00	0,00	17,30	13,93
2021	52,36	69,36	86,37	77,29	224,18	0,00

milhares de euros

Ainda no que concerne às receitas correntes, verifica-se igualmente um acréscimo nas transferências correntes (+440,1 m€), justificado essencialmente, pelo avolumar da receita proveniente dos fundos municipais (+882,4 m€) via FEF (+598,8 m€) e participação variável no IRS (+670,2 m€) em 2021.

Apresentando as receitas de capital um comportamento semelhante ao da sua congénere corrente, aquelas registaram um valor de 13.482,7 m€ até ao segundo trimestre do corrente ano, comparativamente com os 8.395,1 m€ registado em 2020.

Embora se constata na receita de capital, a ocorrência de um crescendo generalizado em quase todas as suas componentes, comparativamente ao período homologo, verifica-se que, a rubrica que assumiu maior expressão foi os passivos financeiros com um registo de 8.187,9 m€, cujo diferencial de valor entre 2021/2020 (+4.299,8 m€), esteve principalmente subjacente com a

libertação da 1ª e 2ª tranches do empréstimo de curto prazo junto do Banco BPI, S.A no decorrer do segundo trimestre no valor total de 6.500,0 m€ visando ocorrer a despesas/necessidades de tesouraria não permanentes.

Da análise suprarreferida, ressalta que até ao 2º Trimestre de 2021, a taxa de execução das receitas correntes ascendeu a 46,27%, registando uma evolução positiva de 2,53% face a 2020, e as receitas de capital apresentam uma taxa de execução de 13,68%, registando, neste caso, um decréscimo ligeiro de 0,07% face ao período homólogo.

A taxa de execução da receita total até ao 2º trimestre de 2021 foi, assim, de 37,91% face aos 42,67% atingido em 2020. Este decréscimo tem subjacente, não o valor de receita cobrada, que foi no seu total superior ao do ano passado, mas principalmente o facto, das expectativas relativas á receita prevista serem mais otimistas face a 2020, com um acréscimo total de 31.691,1 m€, retratado essencialmente na previsão da receita de capital (+37.510,1 m€).

Execução Orçamental da Despesa

A despesa total registou, até ao 2º trimestre de 2021, e em comparação com período homólogo, um ligeiro agravamento de 3.513,3 m€. Na base deste aumento destaca-se o incremento na vertente da despesa de capital, em 6.281,8 m€, por oposição da contração verificada na despesa corrente de 2.768,5 m€.

Assim, como se pode constatar no quadro seguinte, as despesas correntes materializaram-se no período em estudo em 44.600,3 m€, comparando com o valor de 47.368,8 m€ em igual período de 2020, tendo as despesas de capital atingido 23.829,5 m€ face aos 17.547,7 m€ respetivamente.

DESPESA - 2º trimestre 2021/2020

C.Econ.	Descrição	2º trimestre 2020		2º trimestre 2021		Difª 2021/2020	Taxa de Execução %	
		Dotações corrigidas	Despesa paga	Dotações corrigidas	Despesa paga		2020	2021
	DESPESAS CORRENTES	131 781,28	47 368,81	134 392,56	44 600,31	-2 768,50	35,95%	33,19%
01	DESPESAS COM O PESSOAL	44 440,41	20 793,13	44 937,98	22 138,24	1 345,11	46,79%	49,26%
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	59 731,36	17 609,50	58 301,16	11 478,62	-6 130,88	29,48%	19,69%
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	1 135,91	485,11	1 056,88	370,24	-114,87	42,71%	35,03%
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8 489,46	3 538,59	14 443,07	5 060,24	1 521,65	41,68%	35,04%
05	SUBSÍDIOS	13 389,00	2 080,22	12 121,81	3 659,50	1 579,28	15,54%	30,19%
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4 595,14	2 862,26	3 531,66	1 893,47	-968,79	62,29%	53,61%
	DESPESAS DE CAPITAL	94 655,09	17 547,73	123 734,92	23 829,55	6 281,82	18,54%	19,26%
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	63 642,71	8 484,68	94 055,62	13 237,00	4 752,32	13,33%	14,07%
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8 558,67	3 861,36	8 315,91	3 850,72	-10,64	45,12%	46,31%
09	ACTIVOS FINANCEIROS	258,90	248,61	0,30	0,00	-248,61	96,03%	0,00%
10	PASSIVOS FINANCEIROS	21 969,80	4 913,08	20 855,88	6 735,02	1 821,94	22,36%	32,29%
11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	225,01	40,00	507,21	6,81	-33,19	17,78%	1,34%
	TOTAL	226 436,37	64 916,54	258 127,48	68 429,86	3 513,32	28,67%	26,51%

milhares de euros

Revisão: 01

Data: 01-03-2021

Classificação: Uso interno

IM/PG01.009.02



Certificado 2018/CEP/5485

Mediante uma apreciação similar ao anteriormente realizado na receita, e por observação do quadro supra indicado, destaca-se nas despesas correntes pagas, por um lado, um desagravamento na aquisição de bens e serviços (-6.130,88 m€), refletido essencialmente na vertente de aquisição de serviços (-4.080,5 m€) adstrito às despesas com encargos de instalações (-3.331,8 m€), essencialmente subjacente a consumos de energia, cuja justificação do diferencial no montante referido, resulta de um conjunto de faturação que se encontra em regularização fruto da mudança de contrato ocorrida em finais de 2020 para a entidade ENDESA ENERGIA, S.A. e por outro lado, um diferencial traduzido na diminuição nas outras despesas correntes (- 968,79 m€) vertido essencialmente na vertente de indemnizações a terceiros, que em 2021 somou um volume de 13,65 m€ face a 1.035,31 m€ de 2020, retratado grande parte numa indemnização á Prosegur – companhia de segurança, LDA que somou 987,2 m€.

Por oposição regista-se um aumento de gastos com as despesas inerentes a transferências correntes (+1.521,6 m€) e com subsídios (+1.579,3 m€), comparativamente com igual período homologo, fundamentado pelo maior volume de transferências para as instituições sem fins lucrativos (+1.218,1 m€) e pelo pagamento até junho do contrato programa estabelecido com a entidade ÁGUAS DE GAIA EM, SA no âmbito da gestão e exploração da rede de águas pluviais de um montante de 3.080,7 m€ em 2021, face a 1.800,0 m€ registado em 2020.

Pela sua relevância, as despesas com pessoal totalizaram 22.138,2 m€ nestes primeiros seis meses de 2021, tendo representado 32,35% do total da despesa executada, mantendo-se no mesmo patamar que o registado em 2020, com um percentual de 32,03%. O montante da rubrica de remunerações certas e permanentes ascendeu a 15.830,3 m€, evidenciando um peso nas despesas de pessoal de 71,50% face a 71,02%, em igual período homologo.

Na vertente da despesa de capital, as rubricas que demonstraram maior expressividade continuam a ser a aquisição de bens de capital, cifrando-se em 13.237,0 m€, seguida pelos passivos financeiros com um volume de 6.735,0 m€, e por fim as transferências de capital com cerca de 3.850,7 m€, verificando-se um agravamento naquela vertente na ordem dos 6.281,8 m€ face ao período análogo de 2020, imputado essencialmente, pelo reforço nas despesas de aquisição de bens de capital (+4.752,3 m€) com principal impacto no investimento em edifícios (+2.393,2 m€) no âmbito das instalações de serviços que apresentou um volume de despesa de 1.483,0 m€ face a 144,0 m€ realizado em 2020, materializado num conjunto de investimentos, nomeadamente, com a construção do centro de inclusão social de Avintes (699,7 m€) no âmbito de acordo quadro, reabilitação da biblioteca municipal (211,4 m€) e obras de requalificação e adaptação no centro municipal de operações de socorro (110,7 m€), sendo que o registo de agravamento na rubrica de passivos financeiros (+1.821,9 m€) se dever inteiramente ao

pagamento da 40ª e última prestação referente à amortização de 1.391,1 m€ do empréstimo de financiamento de investimentos gerais junto da CGD.

Para finalizar, resta referir que neste primeiro semestre de 2021, as taxas de execução da despesa corrente e de capital ascenderam a 33,19% e 19,26%, respetivamente, semelhantes às observadas em período homólogo de 2020, de 35,95% e 18,54%.

Analisando a despesa no seu todo, constata-se que até ao 2º trimestre de 2021 a taxa de execução perfaz 26,51%, comparativamente com os 28,67% atingidos em igual período de 2020.

Equilíbrio Orçamental

Nos termos do artigo 40.º da Lei 73/2013 de 3/9 (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, e a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.

Nestes termos, e como se poderá verificar no quadro infra, no final do 2º trimestre de 2021, o Município mantém o cumprimento da regra de equilíbrio orçamental prevista no RFALEI:

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL				
Descrição		31/12/2020	ORÇAMENTO INICIAL	30/06/2021 (previsões/dotações corrigidas)
Variáveis relevantes para o controlo da regra do equilíbrio orçamental	A - Receitas correntes brutas	133 344,66	140 325,87	153 124,21
	B - Despesas correntes	104 488,94	121 594,21	134 392,56
	C - Saldo corrente (A-B)	28 855,72	18 731,65	18 731,65
	D - Amortização média dos EMLP	13 672,58	13 650,74	13 785,11
Resultado apurado atendendo à regra do equilíbrio orçamental	E - Montante (C-D)	15 183,14	5 080,92	4 946,54
	F - Percentagem $[A/(B+D)]$	112,8%	103,8%	103,3%

NOTA: as Receitas correntes brutas a 30/06/2021 englobam a incorporação do Saldo da Gerência Anterior - parte corrente

(milhares de €)

Alterações Orçamentais

Na primeira metade do ano, realizaram-se 28 alterações orçamentais, das quais, 16 ocorreram no último trimestre.

Estas alterações permitiram acomodar e gerir o orçamento em função das necessidades diárias, indo de encontro à tomada de decisão.

Os reforços/inscrições e diminuições/anulações nas diferentes contas da receita e da despesa decorrentes das referidas alterações orçamentais encontram-se resumidas nos quadros que se seguem:

DOTAÇÕES DA RECEITA				
CL. ECON.	PREVISÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01	84 084,27	0,00	0,00	84 084,27
02				
04	3 865,30	0,00	0,00	3 865,30
05	5 536,70	0,00	0,00	5 536,70
06	43 254,43	0,00	0,00	43 254,43
07	3 301,27	0,00	0,00	3 301,27
08	283,90	0,00	0,00	283,90
09	372,78	0,00	0,00	372,78
10	42 617,64	0,00	0,00	42 617,64
11	20 638,02	0,00	0,00	20 638,02
12	26 548,53	7 500,00	50,74	33 997,79
13	931,26	0,00	0,00	931,26
15	90,87	0,00	0,00	90,87
16	0,00	19 153,26	0,00	19 153,26
Totais	231 524,96	26 653,26	50,74	258 127,48

(milhares de euros)

Das alterações orçamentais verificadas na Receita e expressas no quadro acima, apenas a diminuição de 50,74 milhares de euros dos Passivos Financeiros (Cl.Ec.12) ocorreu neste 2º trimestre e deveu-se ao ajustamento do valor do financiamento contratado para Investimentos Diversos junto da CGD e BPI, somando 10.399,25 m€.

DOTAÇÕES DA DESPESA				
CL. ECON.	DOTAÇÕES INICIAIS	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	DOTAÇÕES CORRIGIDAS
01	42 031,61	7 742,12	4 835,75	44 937,98
02	52 609,15	10 153,81	4 461,80	58 301,16
03	1 013,62	119,96	76,70	1 056,88
04	9 830,08	6 901,89	2 288,90	14 443,07
05	13 417,84	498,37	1 794,40	12 121,81
06	2 691,91	840,05	0,30	3 531,66
07	87 708,90	17 116,63	10 769,90	94 055,62
08	7 182,36	1 428,55	295,00	8 315,91
09	0,30	0,00	0,00	0,30
10	13 531,98	8 041,90	718,00	20 855,88
11	1 507,21	500,00	1 500,00	507,21
Totais	231 524,96	53 343,27	26 740,75	258 127,48

(milhares de euros)

Do lado da Despesa, entre inscrições/reforços e diminuições/anulações, a conta de Passivos Financeiros (Cl.Ec.10) foi a que, em termos líquidos, registou a maior variação no sentido de novas inscrições/reforços: mais 7.323,9 m€ acrescidos à dotação inicial; seguida da conta de Aquisição de Bens de Capital (Cl.Ec.07): mais 6.346,7 m€ acrescidos à dotação inicial.

Análise das rubricas de Gastos e Perdas

Os gastos totais registados até ao final do 2º semestre de 2021 ascenderam a 54.728,1 m€, o que representa um decréscimo de 14% em relação a 2020.

A sua decomposição foi a seguinte:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2020		30/06/2021		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
6	GASTOS	63 647,99	100%	54 728,07	100%	-8 919,92	-14%
60	Transferências e subsídios concedidos	12 695,10	20%	16 441,07	30%	3 745,97	30%
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	836,10	1%	1 016,57	2%	180,48	22%
62	Fornecimentos e serviços externos	16 460,44	26%	13 654,25	25%	-2 806,18	-17%
63	Gastos com o pessoal	22 359,40	35%	22 046,71	40%	-312,69	-1%
64	Gastos de depreciação e de amortização	8 707,70	14%	41,41	0%	-8 666,29	0%
65	Perdas por imparidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
66	Perdas por reduções de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
67	Provisões do período	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
68	Outros gastos	2 112,45	3%	1 183,12	2%	-929,33	-44%
69	Gastos por juros e outros encargos	476,81	1%	344,94	1%	-131,88	-28%

NOTA: foram deduzidos os gastos relativos a faturas referentes ao ano de 2020, mas registados em 2021 (faturas com data de emissão de 2020, registadas em 2021, até 28 de fevereiro e que foram consideradas como gastos de 2020)

(milhares de euros)

Os gastos mais significativos continuam a ser os Gastos com o Pessoal (representam 40% do total de Gastos), seguido das Transferências e Subsídios Concedidos (30%), e dos Fornecimentos e Serviços Externos (25%).

Relativamente aos Gastos com o Pessoal, a variação face ao mesmo período de 2020 é de -1,4% (22.046,7 m€ em 2021, face aos 22.359,4 m€ de 2020).

Já no que concerne às Transferências (quer Correntes, quer de Capital) e Subsídios Concedidos, em termos gerais, verifica-se um aumento mais significativo, quando comparado com o período homólogo (mais 30% face a 2020).

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2020		30/06/2021		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
60	Transferências e subsídios concedidos	12 695,10	100%	16 441,07	100%	3 745,97	30%
60,1	Transferências correntes concedidas	6 130,55	48%	6 503,92	40%	373,37	6%
	Estado	4,08	0%	0,00	0%	-4,08	-
	Freguesias	1 887,22	15%	931,19	6%	-956,03	-51%
	Famílias	147,87	1%	500,25	3%	352,39	238%
	Sociedades e quase sociedades não financeiras	137,49	1%	760,35	5%	622,87	453%
	CCD - Centro de Cultura e Desporto	25,00	0%	145,00	1%	120,00	480%
	Outros	3 928,90	31%	4 167,13	25%	238,23	6%
60,2	Subsídios correntes concedidos	1 800,00	14%	6 161,51	37%	4 361,51	-
	Águas de Gaia, E.M., SA	1 800,00	14%	6 161,51	37%	4 361,51	242%
	Gaiurb, EM	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
	Outras	0,00	0%	0,00	0%	0,00	-
60,4	Transferências de capital concedidas	4 764,55	38%	3 775,64	23%	-988,91	-21%
	Administração Central	0,00	0%	1 500,00	9%	1 500,00	-
	Freguesias	3 502,29	28%	1 575,88	10%	-1 926,41	-55%
	Instituições sem Fins Lucrativos	1 262,25	10%	699,76	4%	-562,50	-45%

NOTA: foram deduzidos os gastos relativos a faturas referentes ao ano de 2020, mas registados em 2021 (faturas com data de emissão de 2020, registadas em 2021, até 28 de fevereiro e que foram consideradas como gastos de 2020) (milhares de euros)

As Transferências Correntes são a maior parcela (40% do total das Transferências e Subsídios). Aqui, há a destacar as transferências concedidas a “Outros”, que totalizaram 4.167 m€ e tiveram um crescimento de 6% face ao ano de 2020. Este valor engloba o “Fundo de Emergência COVID-19”, que visa o apoio a associações e instituições locais no combate aos efeitos da pandemia a vários níveis (sociais, culturais, desportivos). Nestes primeiros 6 meses de 2021, este Fundo somou o valor de 1.066,7 m€

Verificou-se, também, o aumento dos Subsídios Correntes concedidos à EM Águas de Gaia ao abrigo do contrato-programa celebrado com aquela entidade.

As Transferências de Capital recuaram 21% face ao mesmo período de 2020 (de 4.764 m€ para 3.775 m€).

Relativamente aos Fornecimentos e Serviços Externos (F.S.E.), estes registaram um decréscimo de 2.806 m€ face ao igual período de 2020. As suas rubricas mais importantes:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2020		30/06/2021		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
62	Fornecimentos e serviços externos	16 460,44	100%	13 654,25	100%	-2 806,18	-17%
62.1	Subcontratos e parcerias	1 449,84	9%	1 823,64	13%	373,80	26%
62.2.1.2	Projetos e serviços de informática	0,00	0%	43,46	0%	43,46	3%
62.2.1.3	Estudos e projetos de arquitetura e fiscalização de obras	0,00	0%	6,98	0%	6,98	0%
62.2.1.6	Organização de eventos	143,79	1%	419,67	3%	275,88	19%
62.2.1.9	Outros trabalhos especializados	1 209,86	7%	1 306,73	10%	96,87	7%
62.2.2	Publicidade, comunicação e imagem	114,19	1%	126,12	1%	11,93	1%
62.2.3	Vigilância e segurança	863,34	5%	998,84	7%	135,50	9%
62.2.4	Honorários	121,81	1%	153,04	1%	31,23	2%
62.2.5	Comissões	857,52	5%	932,69	7%	75,17	5%
62.2.6	Conservação e reparação	794,98	5%	1 069,14	8%	274,16	19%
62.3.2	Livros e documentação técnica	19,33	0%	4,21	0%	-15,12	-1%
62.3.3	Material de escritório	0,63	0%	0,71	0%	0,08	0%
62.3.4	Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	33,70	0%	170,45	1%	136,75	9%
62.3.5	Material de educação, cultura e recreio	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
62.3.7	Medicamentos e artigos para a saúde	67,53	0%	9,24	0%	-58,29	-4%
62.3.9	Outros materiais diversos de consumo	0,00	0%	139,10	1%	139,10	10%
62.4.1.1	Iluminação Pública	2 062,05	13%	1 463,13	11%	-598,92	-41%
62.4.1.2	Instalações Municipais	909,91	6%	341,82	3%	-568,09	-39%
62.4.2	Combustíveis e lubrificantes	184,16	1%	216,34	2%	32,18	2%
62.4.3	Água	67,97	0%	72,12	1%	4,15	0%
62.4.9	Outros	155,44	1%	26,62	0%	-128,82	-9%
62.5	Deslocações, estadas e transportes	29,23	0%	26,97	0%	-2,26	0%
62.6.1	Rendas e alugueres	1 808,81	11%	1 579,78	12%	-229,03	-16%
62.6.2	Comunicação	142,91	1%	167,49	1%	24,58	2%
62.6.3	Seguros	432,37	3%	375,31	3%	-57,06	-4%
62.6.5	Contencioso e notariado	15,83	0%	247,93	2%	232,10	16%
62.6.6	Despesas de representação dos serviços	63,92	0%	29,97	0%	-33,95	-2%
62.6.7	Limpeza, higiene e conforto	256,62	2%	104,56	1%	-152,06	-10%
62.6.9	Outros serviços	4 654,71	28%	1 798,20	13%	-2 856,51	-197%

NOTA: foram deduzidos os gastos relativos a faturas referentes ao ano de 2020, mas registados em 2021 (faturas com data de emissão de 2020, registadas em 2021, até 28 de fevereiro e que foram consideradas como gastos de 2020) (milhares de euros)

- Outros Serviços: representa 13% do total de F.S.E. e engloba projetos como o cheque oferta para compra de material escolar, o projeto de apoio a alunos através de equipas multidisciplinares Gaia+Sucesso, a aquisição de serviços de análises e testes COVID. Esta rubrica teve uma redução na ordem dos 2.856 m€ face ao período homologado de 2020, fruto da requalificação e modernização das instalações da EB Valadares, cujos gastos (2.353,8 m€) – incorridos no ano passado, foram aqui vertidos;
- Subcontratos e parcerias, que engloba os gastos relativos aos transportes escolares e refeições escolares, com um peso de 13% no total dos F.S.E. e um aumento de 373,8 m€ face ao mesmo período de 2020,
- Rendas e alugueres, com 12%, e
- Iluminação pública, com um peso de 11% no total da rubrica, registou menos 598,9 m€ face ao ano de 2020;

Ao nível do cálculo das Amortizações e Depreciações, este gasto está a ser reconhecido mensalmente. Porém, esse cálculo foi efetuado posteriormente à data de geração dos documentos de apoio à elaboração do presente relatório, pelo que, os gastos com Amortizações e Depreciações ainda não se encontram evidenciados à data deste relatório. Por esse motivo, o peso relativo das diferentes contas de Gastos e Perdas não é definitivo.

Análise das rubricas de Rendimentos

Os Rendimentos no final do 2º trimestre de 2021 totalizaram 63.307,1 m€, apresentando um acréscimo de 8%, face ao período homólogo.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2020		30/06/2021		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
7	RENDIMENTOS	58 865,08	100%	63 307,08	100%	4 442,00	8%
70	Impostos, contribuições e taxas	35 469,10	60%	40 152,26	63%	4 683,16	13%
71	Vendas	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
72	Prestações de serviços e concessões	1 263,90	2%	913,57	1%	-350,33	-28%
73	Variações nos inventários da produção	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
74	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
75	Transferências e subsídios correntes obtidos	18 929,73	32%	18 664,45	29%	-265,28	-1%
76	Reversões	0,00	0%	283,00	0%	283,00	0%
77	Ganhos por aumentos de justo valor	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
78	Outros rendimentos	3 158,74	5%	3 190,44	5%	31,70	1%
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	43,61	0%	103,36	0%	59,75	137%

(milhares de euros)

As fontes de receita com maior peso no total de rendimentos são, como habitual, os Impostos, Contribuições e Taxas (63%) e as Transferências e Subsídios Correntes Obtidos (29%).

A rubrica de Impostos e Taxas registou uma variação positiva de 13% (mais 4.683,16 m€ do que no período homólogo), sendo que, o valor de arrecadação de todo o tipo de impostos cresceu, face a igual período de 2020.

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2020		30/06/2021		VAR. (€)	VAR. %
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
70	Impostos, contribuições e taxas	35 469,10	100%	40 152,26	100%	4 683,16	13%
70,1	Impostos diretos	23 273,12	66%	24 746,28	62%	1 473,17	6%
	Derrama	470,59	1%	1 071,41	3%	600,81	128%
	Imposto municipal sobre imóveis	18 411,50	52%	19 149,25	48%	737,75	4%
	Imposto único de circulação	4 364,76	12%	4 469,28	11%	104,52	2%
	Contribuição Autárquica (CA)	26,26	0%	56,35	0%	30,09	115%
70,2	Impostos indiretos	11 113,58	31%	13 548,44	34%	2 434,86	22%
	Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	11 113,58	31%	13 548,44	34%	2 434,86	22%
70,4	Taxas, multas e outras penalidades	1 082,40	3%	1 857,53	5%	775,13	72%
	Taxas específicas das autarquias locais	984,59	3%	1 452,83	4%	468,24	48%
	Multas e outras penalidades	97,81	0%	404,70	1%	306,89	314%

(milhares de euros)

- o IMI é o imposto com maior expressão: representa 48% do total de rendimentos (19.149,25 m€, mais 737,7 m€ do que no ano 2020);
- Segue-se o IMT, com 34% no total de rendimentos, totalizou 13.548,4 m€ (mais 2.434,8 m€ do que no mesmo período do ano anterior, o que significou um aumento de 22%);
- o IUC representa 11% da rubrica, com 4.469,2 m€ tendo esta receita crescido 104,5 m€ em relação ao mesmo período de 2020;

De referir que à data de elaboração deste relatório, ainda não havia sido feita a especialização nas contas de Impostos. Após a retificação do acréscimo de rendimentos relativos a Impostos de 2020 liquidados em 2021 e do acréscimo de rendimentos de Impostos de 2021 que só vão ser cobrados em 2022, esta rubrica sofrerá alterações.

As Transferências e Subsídios obtidos nesta primeira metade do ano 2021 registaram um ligeiro recuo de 1%, que resultou em menos 265,2 m€ recebidos, face a igual período de 2020.

Na Prestação de Serviços e Concessões verificou-se uma diminuição de rendimentos de 28% face ao mesmo período de 2020, em virtude de muitos dos equipamentos municipais ainda não se encontrarem em funcionamento devido às restrições impostas pela Pandemia COVID19.

Por último, de referir o aumento de 137% (de 43,61 m€ em 2020 para 103,36 m€ em 2021) do rendimento relativo a Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares, resultado da distribuição dos resultados de 2017, 2018 e 2019 pelo FAM, no total de 101,8 m€.

Em síntese, a principal fonte de rendimento do Município - Impostos, Contribuições e Taxas apresenta uma tendência de crescimento face ao período homólogo.

Análise das rubricas de Investimento

Os Investimentos no 2º trimestre de 2021, face ao período homólogo, registaram um aumento de 1%, como se pode verificar no quadro abaixo:

CONTA	DESIGNAÇÃO	30/06/2020		30/06/2021*		VAR. (€)	VAR.%
		Valor (€)	%	Valor (€)	%		
4	INVESTIMENTOS	914 008,76	100%	919 679,88	100%	5 671,12	1%
41	Investimentos financeiros	108 262,91	12%	109 356,66	12%	1 093,75	1%
42	Propriedades de investimento	8 664,02	1%	8 233,95	1%	-430,07	-5%
43	Ativos fixos tangíveis	766 280,77	84%	750 526,49	82%	-15 754,29	-2%
44	Ativos intangíveis	854,11	0%	1 372,30	0%	518,19	61%
45	Investimentos em curso	29 946,95	3%	50 190,48	5%	20 243,53	68%

* valores antes do cálculo das Amortizações e Depreciações do Período

(milhares de euros)

Contudo, é de evidenciar que, o cálculo das Amortizações e Depreciações do período de 2021 foi efetuado após a extração dos mapas que serviram de base à elaboração do presente relatório. Pelo que, a comparabilidade com o mesmo período de 2020 (no qual fora considerados os gastos com Amortizações e Depreciações) fica comprometida.

Todavia, dos dados obtidos, podemos verificar que:

- * os Ativos Fixos Tangíveis são o grupo de bens de investimento com maior peso, e
- * há um aumento significativo (68%) dos Investimentos em Curso (de 29.946,9 m€ em 2020, para 50.190,4 m€ em 2021).

Indicadores Financeiros

Na elaboração deste relatório, e uma vez que os gastos com Depreciações e Amortizações deste período de 2021 foram calculadas posteriormente, a comparabilidade dos rácios que integrem os valores do Ativo fica comprometida. Pelo que o nosso foco não passa por estes indicadores.

O Município tem vindo a aumentar a sua capacidade financeira global para solver a totalidade dos seus compromissos. O rácio da solvabilidade apresenta uma subida no 2º trimestre de 2021 face ao mesmo período de 2020. Esta evolução é motivada pelo aumento do Património Líquido (de 856.857 m€ para 863.062 m€) e reforçada pela diminuição do Passivo Total (de 168.608 m€ para 164.754 m€).

INDICADORES	30/06/2020	30/06/2021
Ativo Corrente / Ativo Total	11%	10%
Passivo Corrente / Passivo Não Corrente	26%	40%
Autonomia Financeira (Património Líquido / Ativo)	84%	84%
Liquidez (Disponibilidades / Passivo Corrente)	108%	75%
Solvabilidade (Património Líquido / Passivo Total)	508%	524%
Endividamento (Passivo Total / Ativo Total)	16%	16%
Investimentos / Ativo Corrente	844%	854%
Investimentos / Ativo Total	89%	89%

O rácio Passivos Correntes vs. Passivo Não Corrente passou de 26% para 40%. Esta evolução é justificada tanto pelo aumento do numerador (o Passivo Corrente passou de 34.514,7 m€ em 30/06/2020, para 46.912,0 m€ em 30/06/2021), como pela diminuição do denominador (o Passivo Não Corrente era 134.093,7 m€ no 2º trimestre de 2020 e 117.842,5 m€ no mesmo período de 2021).

O aumento do Passivo Corrente, a par de uma ligeira diminuição das Disponibilidades (que no ano anterior eram de 37.325,6 m€ e este ano registaram o valor de 35.039,1 m€) motivou a redução da Liquidez de 108% em 2020, para 75% em 2021.